

Comitê de Governança, Riscos e Controles da Fundação Nacional de Saúde
Registro da Reunião nº 03/2019¹

Data: 13/03/2019 – de 09:30h às 12:00

Local: Ed. PO 700 – Sala de Reunião da Presidência – 3º andar.

Participantes:

Membros do Comitê:

- Ronaldo Nogueira de Oliveira – Presidente;
- Marcio Sidney Sousa Cavalcante –Diretor Executivo;
- Paulo de Barros Lyra Filho – Chefe de Gabinete Substituto;
- Ruy Gomide Barreira - Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública;
- Ocileia Fernandes Carneiro -Diretora do Departamento de Saúde Ambiental;
- Liziane Raquel Moreira – Representando o Diretor do Departamento de Administração substituto;
- Ana Salett Marques Gulli – Procuradora-Chefe da PFE/Funasa;
- Rafael Ayoroa Ramos – Auditor-Chefe.

Representantes da Secretaria do Comitê:

- Elizabeth Regina Fragoso Manes – Coordenadora-Geral da Cgpla/Direx substituta;
- Rodrigo Adriano Machado Varela – Coordenador do Subcomitê e servidor da Copla/Cgpla/Direx;
- Renan Lange Holdorf – Secretário do Subcomitê e servidor da Copla/Cgpla/Direx.

Servidores Convidados:

- Antonio Carlo Batalini Brandão – servidor da Copae/Desam.

Agentes Externos:

Alexandre Giroux Cavalcanti – Secretaria do TCU no Estado de Mato Grosso – Sec-MT/TCU

Aline Gomes Clarinda – Prestadora Técnica por produto

Pauta:

- Situação atual da elaboração do Relatório de Gestão da Funasa – Exercício 2018.
- Plano de Integridade da Funasa

¹ Nota da Secretaria do Comitê: As reuniões ocorridas em 2019 seguiram a numeração das reuniões do primeiro ano de funcionamento do Comitê. A presente reunião seguiria a contagem como sendo a reunião nº12. Entretanto, a Secretaria do Comitê entende que a contagem por ano-irá trazer benefícios quanto à organização das reuniões e à gestão documental do referido Colegiado.

ORDEM DO DIA

O Presidente da Funasa, Sr. Ronaldo Nogueira, iniciou a reunião perguntando a estimativa de duração da mesma à Secretária-Executiva do Comitê, Sra. Elizabeth Manes, informando que geralmente ocorre durante toda a manhã, sendo solicitado pelo Presidente que durasse até 11 horas. O Diretor Executivo, Sr. Márcio Cavalcante, em complementação, ressaltou que a reunião seria conduzida com tal intuito.

Em seguida, a Secretária do Comitê, Sra. Elizabeth Manes, apresentou a pauta do dia, informando que o Plano de Integridade foi discutido pelo Subcomitê de Governança, Riscos e Controles, já tendo o tema sido apresentado em outras reuniões e que a presente reunião tem o intuito de finalizar para fins de aprovação pelo Comitê, sendo necessário algumas questões relativas ao Plano serem deliberadas e aprovadas. Foi informado ainda que o prazo para aprovação do Plano de Integridade se encerra no final do mês e que o objetivo é apresentar os pontos de deliberação e aprovar o documento apresentado para posteriormente realizar os trâmites necessários para publicação de portaria.

Em continuidade à contextualização da pauta, a Secretária do Comitê, Sra. Elizabeth Manes, tratou do Relatório de Gestão, cujo prazo para envio ao TCU se encerra também no final do mês e informou que foi criado um Grupo de Trabalho, coordenado pela Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação – CGPLA – e com representantes de todas as áreas envolvidas, ressaltando que cada capítulo é acompanhado por pelo menos um técnico da CGPLA. Destacou que será apresentado o estado atual da elaboração do Relatório de Gestão, ainda não diagramado, considerando que ainda há informações pendentes para serem inseridas no documento e que não seria possível apresentar na presente reunião o Relatório de Gestão finalizado.

O Chefe de Gabinete substituto, Sr. Paulo Lyra, opina que a pauta parece estar prejudicada, uma vez que o conteúdo deveria ser finalizado em 28 de fevereiro e até o presente momento não está finalizado. Proposta é identificar aquilo que está faltando para apoiar as áreas que estão finalizando as áreas.

Iniciando o item de pauta “Plano de Integridade da Funasa”, representante do Subcomitê de Governança, Riscos e Controles, Sr. Rodrigo Varela, passou a apresentar o Plano de Integridade. O primeiro ponto foi que o Subcomitê alterou o prazo para 2 anos, em função da quantidade de medidas de integridade e o exíguo tempo para implementá-las em 1 ano e conseqüentemente os prazos de implementação das medidas foram reajustados. Foi apresentado também o cronograma macro das medidas de acordo com o nível de risco. **Deliberação do CGRC: aprovado o horizonte de 2 anos para o Plano de Integridade, assim como o escalonamento de prazos para as medidas relacionadas a riscos, de acordo com seus níveis: crítico, alto e moderado.**

Passou-se a discutir as medidas de enfrentamento que o Subcomitê verificou a necessidade de exclusão do rol de medidas do Plano de Integridade: “implementar Solicitação de Impedimento justificado para os casos de parentesco até terceiro grau, envolvimento com parte ou outra situação de suspeição ou impedimento”, “criar documentação de ciência de servidor para que possa se manifestar em relação ao processo atribuído” e “estabelecer vedação de familiar de membros da alta gestão para elaboração dos produtos contratados pela Funasa”. O representante do Subcomitê de Governança, Riscos e Controles, Sr. Rodrigo Varela expôs que os dois primeiros itens foram retirados em reunião

do Subcomitê de Governança, Riscos e Controles em função do entendimento que o controle proposto não traria o benefício esperado, enquanto o último foi retirado por se entender que tal medida seria desnecessária ao adotar a medida “estabelecer nos Termos de Cooperação com Organismos Internacionais o poder de veto da Funasa sobre a indicação de consultor para a produção de documento relacionado à instituição (nepotismo, currículo inadequado e inidoneidade)”.

O Chefe de Gabinete substituto, Sr. Paulo Lyra, exemplifica o segundo item e opina que tal item pode realmente causar algum tipo de embaraço ao trabalho, com o apoio do Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública, Sr. Ruy Barreira. Presidente opina que tal medida provocaria um imbróglho burocrático, tendo a concordância do Auditor-Chefe, Sr. Rafael Ramos, opinando pela retirada. Ao ser convidado a opinar sobre o assunto, o Auditor Federal de Controle Externo, Sr. Alexandre Cavalcanti, informa que a participação do TCU nas reuniões do Comitê é apenas com fins de observação do funcionamento. **Deliberação do CGRC: aprovada a exclusão das medidas mencionadas do Plano de Integridade.**

Foi apresentado o item de discussão relacionado à função Ouvidoria. O Chefe de substituto, Sr. Paulo Lyra, informa que fez a sugestão de discussão do tema e que atualmente a função é exercida na Auditoria Interna, sendo que a proposta é trazer para o Gabinete da Presidência e unir a função ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC. O Fundamento é desonerar a Auditoria, uma vez que a função transcende a Auditoria, e isso traria mais fluidez para a comunicação da instituição para as partes interessadas. A questão não se limita a quem irá desempenhar as funções, mas ter disciplinada a questão do funcionamento da Ouvidoria na fundação. Existem esboços e não há pretensão de uma estrutura, mas trazer para o Gabinete e disciplinar o funcionamento.

A Secretária do Comitê, Sra. Elizabeth Manes, informa que houve uma reunião com a Auditoria Interna, incluindo a Corregedoria e a Coordenação de Monitoramento das Ações de Controle, que atualmente exerce a função de Ouvidoria. Como não há canais bem definidos, as denúncias são enviadas para vários órgãos, sendo que nem sempre a denúncia deveria ir para tal unidade. A Comac operacionaliza o e-OUV e, se necessário, faz o encaminhamento. Definindo tal situação, haveria a necessidade de alteração no Regimento Interno.

O Auditor-Chefe, Sr. Rafael Ramos, ressalta que *“independentemente de onde a função de Ouvidoria fique, é preciso estruturá-la e promover um maior porte para desenvolvimento das suas funções, cujo porte está disciplinado pela Controladoria Geral da União – CGU e que atualmente, dentro da Auditoria, ela não possui toda essa robustez. Ano passado houve 100 manifestações, o que não justificaria uma unidade robusta, mas este ano já há pelo menos 70 manifestações. Tudo isso fica dentro do sistema e-OUV. Precisa reforçar as competências, inclusive colocando os prazos.* Em concordância com o Chefe de Gabinete substituto, Sr. Paulo Lyra, o Auditor-Chefe, Sr. Rafael Ramos, concorda que a função de ouvidoria não é função precípua de auditoria interna, ressaltando que a principal questão se trata da estruturação da área responsável pela ouvidoria, independentemente de onde a função ficar alocada. O Presidente da Funasa, Sr. Ronaldo Nogueira de Oliveira, cita pontos que chegam via Ouvidoria: denúncias, reclamações que afetam a imagem em casos que a Fundação não é efetiva em suas ações, e sugestões e ideias para melhoria dos processos, sendo necessário a Ouvidoria ter esses três olhares. No mesmo sentido, ressalta que a Presidência é responsável por tudo isso e entende que a responsabilidade sobre a

imagem e o acolhimento de ideias é prerrogativa da presidência e mesmo desconhecendo os fatos, quem responde é o Presidente. Finalizando, ressalta a necessidade de ser implacável em denúncias de maus comportamentos, incluindo uma postura irrepreensível por parte da alta administração e cita a transversalidade de acesso às demandas da Ouvidoria e a Auditoria, que são muito interligadas. Em complementação, o Auditor-Chefe, Sr. Rafael Ramos, ressalta que a Auditoria continua com acesso independentemente de onde esteja a Ouvidoria, pois as informações devem ser compartilhadas para o perfeito andamento das auditorias. O Presidente da Funasa, Sr. Ronaldo Nogueira de Oliveira, expõe que uma vantagem é ter o controle das informações que afetas à imagem organizacional. A representante do Departamento de Administração, Sra. Liziane Moreira, opina que a Funasa deve divulgar a ouvidoria para a sociedade, porque hoje a função é mais voltada para dentro da Funasa. O Presidente da Funasa, Sr. Ronaldo Nogueira de Oliveira, ressalta que é preciso alguém que seja operador de direito, alguém com formação em comunicação social e alguém que conheça a instituição.

O representante do Subcomitê de Governança, Riscos e Controles, Sr. Renan Holdorf, informa que é importante a interligação das instâncias de integridade que deve ser feita pela Ouvidoria. Foi também informada a necessidade de formalização e adequações, que também constam de comunicação enviada para a Cgpla. A Ouvidoria é operacionalizada por uma Coordenação que cuida também do monitoramento das ações de controle. A representante do Departamento de Administração, Sra. Liziane Moreira, informa que o contrato da FIA pode contemplar a estruturação de tal instância. O representante do Subcomitê, Sr. Renan Holdorf, informa que o prazo para estruturação está para setembro de 2019. **Deliberação do CGRC: A função de ouvidoria deverá passar a fazer parte das funções exercidas pelo Gabinete da Presidência. Prazo para fortalecimento da função de ouvidoria alterado para maio de 2019. Deverá ser reajustado o prazo e o responsável pela função de ouvidoria no Plano de Integridade.**

Foram discutidas alterações no corpo do documento: A representante do Departamento de Administração, Sra. Liziane Moreira, recomenda que sejam ajustados os nomes dos ministérios em função da reforma ministerial. O Chefe de Gabinete substituto, Sr. Paulo Lyra, recomenda que retire a menção, remetendo ao Plansab. O Auditor-Chefe, Sr. Rafael Ramos, informa sobre a utilização do sistema CGU-PJ, não executado pela Corregedoria, devendo ser retirado do item 3.5 do Plano de Integridade - Corregedoria Interna. Discutiu-se quem seria o responsável pela operacionalização e se deliberou que deve ser do DEADM. Ana Salett lembra de duas portarias que tratam de temas correlatos. **Deliberação do CGRC: Diretor de DEADM será responsável pela implementação da adoção do CGU-PJ, delegando ao e aos Superintendentes Estaduais em suas respectivas unidades. A adoção deverá ser feita em 60 dias (maio de 2019).**

A representante do Departamento de Administração, Sra. Liziane Moreira, ao mencionar duas medidas que tratam de estabelecimento de vedações em editais questionou a existência de tais previsões nos modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União - AGU e, caso não havendo, estabelecer alguma interlocução para alteração das minutas. A Procuradora-Chefe, Ana Salett, informou que há uma comissão específica da Procuradoria-Geral Federal que trabalha o ajuste das minutas de edital, podendo incluir as sugestões com o intuito de oficializar posteriormente as alterações.

A Secretária do Comitê, Sra. Elizabeth Manes, informou sobre os itens relacionados aos Termos de Cooperação com Organismos Internacionais, considerando que eles seguem

legislação própria, ressaltando que tais medidas devem valer apenas para os próximos termos, uma vez que haveria dificuldade de alteração nos termos vigentes.

A representante do Departamento de Administração, Sra. Liziane Moreira, mencionou que não encontrou controles preventivos no processo de licitação e contratação relacionados ao planejamento, sugerindo a inserção da medida “Estabelecer Plano Diretor de Aquisições e Contratações”. Foi exposto que a situação era urgente, incluindo reconhecimento de dívida desde o ano de 2016. O representante do Subcomitê de Governança, Riscos e Controles, Sr. Renan Holdorf, informou que era possível estabelecer, mas que haveria a necessidade de se identificar primeiramente se a medida se relaciona a um risco já previamente identificado, destacando ainda que seria necessário verificar a relação de causa e efeito entre a ausência de planejamento das aquisições e contratações com os eventos que comprometem a integridade, em especial no caso com os atos de fraude e corrupção. Sendo dito ainda que a medida, embora não previsto na proposta de Plano de Integridade, estava contida na Portaria Funasa nº 7.553/2018, que já contempla o Plano Diretor de Aquisições e Contratações no sistema de planejamento e gestão da estratégia da Funasa. O Chefe de Gabinete substituto, Sr. Paulo Lyra, em concordância com a proposta, entende que o Plano deve contemplar tal medida. **Deliberação do CGRC: Plano de Integridade também deverá contemplar a medida de integridade “Elaborar Plano Diretor de Aquisições e Contratações como instrumento de planejamento da área de licitações e contratos.**

O Presidente, Sr. Ronaldo Nogueira de Oliveira, menciona que deve haver critérios relacionados à execução orçamentária e financeira, com o intuito de diminuir a discricionariedade do ato, cabendo cumprir o rito processual. Os representantes do Subcomitê de Governança, Riscos e Controles, Srs. Rodrigo Varela e Renan Holdorf, mencionaram que tal medida já está prevista no Plano de Integridade: Implementar priorização de processos por ordem cronológica e de urgência.

O Diretor Executivo, Sr. Marcio Cavalcante, mencionou que participou de uma reunião com representante da Fundação Instituto de Administração – FIA (Contrato nº 57/2017), informando que a FIA auxiliará quanto aos contratos de Tecnologia de Informação para verificar possíveis conflitos entre diversas contratações, iniciando os trabalhos a partir da próxima semana.

A Procuradora-Chefe, Ana Salett, mencionou que o item 2.1.2.2 - Parceiros Internacionais - apresenta tanto parcerias formalizadas como as que estão ainda em negociação ou formalização. O representante do Subcomitê de Governança, Riscos e Controles, Sr. Renan Holdorf, concordando, mencionou que seria possível destacar no item as situações das parcerias.

Já sobre as medidas de tratamento, a Procuradora-Chefe, Ana Salett, item relacionado a avaliação de nomeação e da gestão de DAS 1 a 4 e 1 a 5, questionou o estabelecimento dos critérios face à competência de nomeação dos Diretores ser do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República. A representante do Departamento de Administração, Sra. Liziane Moreira, informou que há um subprojeto da Fundação Instituto de Administração – FIA (Contrato nº 57/2017) relacionado à Gestão de Competências, incluindo critérios para ocupação dos cargos e funções e para avaliação. O Presidente, Sr. Ronaldo Nogueira de Oliveira, disse que: a avaliação prévia deve ser simples: qual é a função, as competências necessárias (formação, por exemplo) e os requisitos que a pessoa

deve ter e depois os resultados entregues. A representante do Departamento de Administração, Sra. Liziane Moreira, recomenda que seja apresentada pela FIA para o CGRC. O Chefe de Gabinete substituto, Sr. Paulo Lyra, recomenda que deve ser encaminhado anteriormente ao Subcomitê de Governança, Riscos e Controles. O Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública, Sr. Ruy Barreira, concordando com o entendimento do Chefe de Gabinete, acredita que o trabalho do SubGRC auxiliaria inclusive na futura deliberação do CGRC. O Presidente, Sr. Ronaldo Nogueira de Oliveira, informa que é importante observar os requisitos de quem vai ocupar a função, com os argumentos simples. É uma oportunidade para os servidores estabelecerem os critérios, de forma a fortalecer a instituição. O Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Alexandre Cavalcanti, informou que já pretendia oficializar a Funasa com relação aos critérios de idoneidade, que ainda não estava prevista no Plano de Integridade. O Presidente, Sr. Ronaldo Nogueira de Oliveira, entende que a conduta desses ocupantes deve ser pautada pela coerência, probidade e eficiência. Deve ser encaminhado à PFE. **Deliberação do CGRC: Plano de Integridade também deverá contemplar a medida de integridade “Aplicar critérios de idoneidade para indicação de cargos de confiança – DAS e FCPE – níveis – 1 a 4”.**

Finalizada a apresentação da proposta de Plano de Integridade, o representante do Subcomitê de Governança, Riscos e Controles, Sr. Rodrigo Varela, apresentou as pendências que haviam ficado da última reunião: lançamento do questionário de avaliação do clima organizacional voltado à integridade, que deverá ser disponibilizado dia 18 de março para preenchimento dos servidores e colaboradores da Funasa, além da logomarca do Programa de Integridade da Funasa – FUNASA+ÍNTEGRA – apresentado poucas alterações com o demonstrado na última reunião. A Secretária do Comitê, Elizabeth Manes, informou que o questionário e a logomarca alterada foram encaminhados por e-mail, informando ainda que não houve manifestação de alteração.

O representante do Subcomitê de Governança, Riscos e Controles, Sr. Rodrigo Varela, finalizando o item de pauta, apresentou os próximos desafios do Subcomitê: implementação das medidas de integridade; Gestão de Riscos relacionada a Processos e a discussão da estratégia baseada em risco. Foi solicitada a nova diretriz do Comitê com relação à gestão de riscos de processos, uma vez que, inicialmente, o processo priorizado havia sido Contratos, mas devido à Política de Gestão de Riscos da Funasa definir que a prioridade deve ser a área finalística, o Subcomitê propôs a alteração para os macroprocessos finalísticos. O Chefe de Gabinete substituto, Sr. Paulo Lyra, pergunta se há capacidade para tal trabalho. O representante do Subcomitê, Sr. Renan Holdorf, expôs que a capacidade operacional do Subcomitê prejudicaria trabalhar os 2 processos concomitantemente. O Diretor Executivo, Sr. Márcio Cavalcante e a representante do Departamento de Administração, Sra. Liziane Moreira colocaram a FIA à disposição para tal trabalho. A Sra. Liziane Moreira também pergunta o processo priorizado para gestão de riscos será Licitação e Contratos. O representante do Subcomitê de Governança, Riscos e Controles, Sr. Renan Holdorf, informou que, inicialmente, deveria ser feito apenas Contratos. **Deliberação CGRC: Além de acrescentar o macroprocesso finalístico, também deverá ser priorizado a gestão de riscos de Licitação e Contratos, agora com o escopo ampliado.**

Encerrado o primeiro item de pauta, passou-se à pauta seguinte: Relatório de Gestão. A Secretária do Comitê, Sra. Elizabeth Manes, contextualizou sobre o andamento da elaboração. Foi recebido no dia anterior à reunião a versão já feita pela Coordenação de Comunicação Social – COESC e informou que será marcada reunião no dia seguinte da

presente reunião para alinhamento ponto a ponto sobre o relatório. Foi informado sobre a composição do Grupo de Trabalho e sobre a divisão do Relatório em quatro capítulos, cada um com facilitadores da CGPLA. Paulo sugere que sejam informados os itens que não foram construídos.

O Sr. Presidente propôs à CGPLA que notifique as áreas, dando até sexta-feira, dia 15, em prazo irrevogável, para as áreas entregar os itens que estão faltando, com a semana seguinte para a formatação. Propôs, também, o agendamento de reunião extraordinária para a sexta-feira seguinte, dia 22 de março, para a aprovação do Relatório de Gestão. O Sr. Auditor-Chefe solicitou um prazo para o envio do relatório para sua área e para a Procuradoria antes da reunião. Foi deliberado que a CGPLA deve encaminhar ao CGRC uma versão do conteúdo não diagramado até terça-feira.

A Secretária do CGRC apresentou os conteúdos que ainda estão pendentes de envio, informando que a saudação inicial está a cargo da CGPLA e solicitando ao Presidente direcionamento sobre a Mensagem do Presidente. O Sr. Presidente delegou a tarefa ao Chefe de Gabinete e ao Diretor Executivo; no Capítulo 1, ficaram pendente o Cenário Nacional – carecendo de envio de informações das áreas -, o Modelo de Negócio a ser elaborado pela CGPLA – sendo que a Funasa não tem um modelo definido. – e as informações da Auditoria sobre o Raint e a Corregedoria. O Sr. Auditor Chefe informou que o Raint está pronto, mas que será necessário adaptar a informação para o modelo do Relato Integrado; no Capítulo 2, falta a mensagem dos Diretores, que deve ser feita em conjunto. O Diretor do DENSP questionou como deveria ser feito e informou que havia chegado outra demanda, para cada Departamento. Renan informa que a demanda anterior não se tratava da mensagem, e sim de elementos para a construção do item Cenário Nacional, com eventos que impactaram positiva e negativamente durante o ano de 2018; no Capítulo 3, estão pendentes a mensagem do Diretor do DEADM e as informações da CGLOG e CGOFI; na aba Outras Informações Relevantes, falta o item Materialidade e a demanda sobre deliberações e recomendações de órgãos de controle. O Capítulo 4 está concluído, precisando apenas ajustar a diagramação.

Renan informou que há uma reunião agendada para o dia 27 de março e manifestou preocupação com a agenda. Os membros informaram que a agenda será definida com o resultado da reunião no dia 22 de março.

A representante do DEADM sugere que seja incluída em pauta de reunião a questão relativa ao retorno ao prédio sede da Funasa. O Chefe de Gabinete substituto informa que deve constar em ata a inclusão na pauta da próxima reunião as providências para o retorno da Funasa para a sua sede própria, onde deverão ser debatidas as providências que estão sendo ultimadas e as medidas que estão sendo tomadas, visando ao debate, sendo que o DEADM trará o estado da arte do assunto. A pauta deve constar da reunião do dia 22.

O representante do Subcomitê de Governança, Riscos e Controles, Sr. Renan Holdorf, informa da necessidade de reunião para tratar do Sistema de Monitoramento e Avaliação por Indicadores que, de acordo com a Portaria, teve ser objeto de deliberação bimestral pelo CGRC. O Chefe de Gabinete substituto sugere que tal pauta deva ser objeto de reunião exclusiva do CGRC.

O Presidente da Funasa, Sr. Ronaldo Nogueira de Oliveira, se manifesta com relação à necessidade de respeito ao tempo tanto para início e para o final da reunião. As próximas reuniões devem ser realizadas às 9h.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com os agradecimentos da Presidência.

Encaminhamentos:

Será convocada Reunião Extraordinária do Comitê para sexta-feira, 22 de fevereiro, às 9 horas, na Sala de Reuniões da Presidência, cuja pauta será:

- Aprovação do conteúdo final Relatório de Gestão – 2018;
- Medidas Administrativas visando ao retorno da Funasa-Presi ao Edifício Sede.